

NÃO EXISTE “GOVERNO GRÁTIS”

Por Alex Alvarenga

O papel do Estado na sociedade sofreu inúmeras modificações ao longo da História. Desde a fidedigna representação do pai de família (*pater familias*), responsável por prover todo o sustento a seus filhos – ou cidadãos – até o Estado ultraliberal, em que a atuação estatal é mínima, ou quase “nula”, a humanidade teve a oportunidade de conhecer e experimentar os mais variados modelos econômicos e políticos de gerir a coisa pública.

Contudo, a máxima “A demanda é infinita, mas os recursos finitos” nunca pautou de forma tão forte a gestão pública como nos dias atuais. De fato, o aumento desenfreado da população mundial nos Séculos XIX e XX, atrelado ao envelhecimento populacional no Século XXI e à recente queda da força produtiva mundial, gerou cenário de crise na Seguridade Social (aqui compreendida como conjunto de políticas públicas dirigidas ao amparo nas áreas da saúde, previdência e assistência social).

Se, por um lado, a educação política de grande parte da população brasileira se desenvolveu regida pelo conceito de Estado responsável por cuidar de cada cidadão, do nascimento até o funeral, por outro, esse mesmo Estado, já há algum tempo, tem demonstrado incapacidade de custear todas essas demandas sociais e de atender à expectativa sobre o *welfare state*.

Em função disso, exige-se nova racionalização do papel do Estado enquanto provedor social, de forma a adequá-lo à realidade econômica mundial, que é completamente diferente daquela vivenciada por Adam Smith no Século XVIII e por Marx no Século XIX. Nesse sentido os clássicos modelos “de direita” (liberal) e “de esquerda” (socialista/comunista) não mais se mostram capazes de solucionar as demandas políticas enfrentadas pelos Estados, razão porque novas teorias devem ser discutidas.

Apenas a título exemplificativo e para destacar a diferença entre o que vem sendo implementado no Brasil¹ e o que se tem discutido internacionalmente sobre

¹ AZEVEDO, Reinaldo. Nobel da Paz diz que Bolsa Família é assistencialista e que o assistencialismo deve dar espaço a soluções de longo prazo, 2013. Disponível em:< <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/nobel-da-paz-diz-que-bolsa-familia-e->

programas sociais, cite-se a lição de Midgley e Tang², ao afirmarem que um programa social é *“produtivista se focaliza nas necessidades materiais, investe no que se chama de capacitação humana, promove participação efetiva na economia e contribui positivamente para o desenvolvimento econômico”*.

O cenário de crise revela que não se admite mais que a população assuma o papel de filhos esperando o provimento de alimentação pelo Estado, o que não significa o abandono do conceito de *welfare state*, mas sim a constatação de que todos são corresponsáveis por seu funcionamento.

Como forma de comprovação de que o “governo grátis” não mais se sustenta, basta a análise do caso argentino. Segundo Paulo Rabello de Castro:

A brutal crise de 2001 levou a uma nova eleição presidencial e deu início à era Kirchner, que começa com o calote de 75% da dívida externa e o alívio de pagamentos ao exterior. O sortudo Néstor Kirchner inicia seu mandato coincidindo com o começo da maior alta de todos os tempos no preço das commodities exportadas pela Argentina e Brasil. Os vizinhos sentem a melhora que vem de fora ao mesmo tempo. As contas da região começam a ser pagas. [...]

Com o “Casal K”, a Argentina se tornou o país da América Latina com o maior grau de intervenção estatal na economia, bem acima do Brasil e até da Venezuela. Sem investimento e sem modernização, a maior parte da indústria argentina continuou pouco produtiva e com escasso poder de competição. A proteção comercial garantida pela política dos Kirchners jamais foi condicionada à busca de maior eficiência e qualidade.

O gasto público na Argentina, considerando os três níveis de governo (União, províncias e municípios), alcançou em 2012 quase 42% do PIB, segundo o economista-chefe da Fundação de Pesquisas Econômicas Latino-Americanas (Fiel), Daniel Artana. A política de forte aumento dos gastos com aposentadorias e pensões, educação e, principalmente, subsídios concedidos a indivíduos e ao setor empresarial, fez disparar a participação do Estado na economia argentina, segundo o economista. [...]

O intervencionismo kirchnerista sempre se traduziu em medidas toscas, demagógicas e imediatistas e nunca em políticas de longo alcance, aliás, como parece ter sido a regra geral na Argentina. O resultado só poderia ser o agravamento de uma situação econômica já complicada. E o governo continua injetando dinheiro no sistema previdenciário. [...]

Afinal, os países que praticam o governo grátis são aqueles em que os contribuintes pagam duas vezes pela mesma conta: a primeira, quando recebem um serviço subsidiado ou até “gratuito”, porém de péssima

assistencialista-e-que-o-assistencialismo-deve-dar-espaco-a-solucoes-de-longo-prazo/>. Acessado em 28/11/2016

² Midgley, J. and K. L. Tang (2001). “Social Policy, Economic Growth and Developmental Welfare.” *International Journal of Social Welfare*.

qualidade, obrigando o pobre cidadão a buscar uma prestação de serviços alternativa, em saúde, ou em educação, transporte e segurança. A segunda conta do governo grátis vem com a alta tributação, para cobrir os desperdícios fiscais, a roubalheira geral e a incompetência na prestação de um serviço público. É possível que o desgraçado cidadão pague ainda uma terceira vez: com mais inflação e recessão da economia, fenômenos que normalmente acompanham o fim melancólico de um governo grátis.³

Como se vê, a expectativa de que o Estado arque sozinho com todas as demandas sociais provoca o cenário em que o contribuinte pague três vezes pela mesma conta: i) quando é servido por um serviço custeado quase integralmente pelo governo – ou até mesmo integralmente –, mas de péssima qualidade, o que o obriga a procurar a iniciativa privada; ii) quando tem que arcar com a altíssima carga tributária dirigida a sustentar os infinitos subsídios estatais; e iii) quando enfrenta a inflação causada pela crescente dívida pública e pelo aumento dos juros.

Assim, a adoção de medidas como a implantação de regimes tributários progressivos, a seletividade de incidência de programas sociais, o combate à evasão tributária, a divisão justa dos custos sociais (seguridade social, educação e segurança) com a população – conforme a capacidade contributiva de cada um –, dentre outras, são cada vez mais necessárias para evitar que o caos continue a governar o Estado.

A solução para a crise financeira que assola não só o Brasil, mas todo o mundo, passa pela racionalização da atividade estatal, mediante a adoção de políticas públicas sustentáveis que visem a implantar novo modelo de Estado do Bem-Estar Social, mas que guardem compromisso com a sanidade das contas públicas. Afinal, o “Estado grátis”, que supre toda e qualquer necessidade da população de forma gratuita, não é comportado na contemporaneidade. Alguém tem que pagar a conta.



³ CASTRO, Paulo Rabello de. *O mito do governo grátis: o mal das políticas econômicas ilusórias e as lições de 13 países para o Brasil mudar*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2004, pp. 26-28.